

HISTÓRIAS DA LITERATURA E SUA HISTÓRIA

Márcia Abreu

O texto “Interesses e paixões: histórias de literatura”, de Heidrun Krieger Olinto apresenta com elegância e precisão os impasses enfrentados pela historiografia literária nas últimas décadas. São dois os problemas mais salientes: a dificuldade de conceituação do objeto numa época em que a multiplicidade dos produtos culturais amplia-se extraordinariamente e a dificuldade em definir conceitos de época e periodizações estáveis tendo em vista as novas concepções de história.

Definir literatura e segmentar períodos não são problemas novos. Ao contrário, os historiadores da literatura têm se visto enredados com eles desde a “invenção” da historiografia literária. Minha proposta é aproximar as duas pontas dessa história, observando como foram tratadas estas questões quando se começou a falar em literatura e a escrever sua história.

Dos problemas apontados, o mais grave – posto que afeta a própria definição do objeto – é a já velha discussão em torno ao conceito de literatura. Heidrun Olinto atribui as modernas incertezas quanto à conceituação sobretudo à multiplicação de produtos culturais e de meios de difusão que forçariam o alargamento do conceito. O esforço dos primeiros historiadores da literatura foi empreendido no sentido oposto, ou seja, operando recortes no interior do conceito excessivamente abrangente de literatura.

No século XVIII, Voltaire definia literatura como “un de ces termes vagues si fréquents dans toutes les langues”¹. Para ele, a literatura não era uma “arte particular”, e sim um nome que designava o *conhecimento* de um conjunto vasto de saberes – história, poesia, eloquência, crítica. Literatura equivalia à erudição.

Em português a palavra foi dicionarizada pela primeira vez em 1728, no *Supplemento* ao dicionário de Bluteau², com a mesma acepção: “Erudição, sciencia, noticia das boas letras”. Tal definição permaneceu nos dicionários portugueses até o final do século XIX quando, ainda mantendo a acepção de “conhecimento”, aproximou-se, mesmo que tenuemente, do universo estético:

LITTERATURA: neste e der. s.f. (do Lat.) Erudição, sciencia, noticia das boas letras, e humanidades: “Homem de grande ____”. *Blut. Suppl.* O conjunto das produções literarias d’uma nação, d’um paiz, d’uma epocha: “Os Lusíadas são a obra capital da literatura Portuguesa.”³

Se a definição proposta por Bluteau continuava presente, incluiu-se nova explicação que acrescentou, à noção de saber, a de *produção*. Acréscimo bastante significativo que superpôs a atividade ao conhecimento, aproximando-se, desta forma, do conceito atual. Outra inovação significativa reside no fato de se vincular o termo a um conjunto de obras, ainda não reunidas por afinidades estéticas ou formais, mas por terem sido produzidas em determinado território ou tempo, fazendo um movimento – aliás, realizado por toda a Europa durante o século XVIII – no sentido de recortar as obras do intelecto, agrupando-as por épocas e nações. A aproximação com o conceito atual é oblíqua e deve-se ao exemplo, em que se mencionam os *Lusíadas* como texto central da literatura portuguesa. Entretanto, a definição continuava vaga e abrangente.

A vastidão do conceito de literatura não era uma deficiência ou um anacronismo dos dicionários, mas refletia a inexistência de um conceito que operasse um recorte no interior do conjunto das produções escritas. Tanto é assim que Barbosa Machado, o autor da *Biblioteca Lusitana*, acreditava que “de todas as produçoens litterarias, (...) nenhuma mereceo mais gloriosos elogios, e celebres appaludos que o laborioso estudo de huma Bibliotheca”!⁴ Se literatura designava o conhecimento e a produção dos escritos, parece

fazer sentido que o melhor trabalho literário seja aquele que os compila e apresenta... Efetivamente, a intervenção dos bibliógrafos não pode ser desprezada no processo de definição de uma especificidade literária pois em seus trabalhos assiste-se ao esforço de compartimentação do saber em diferentes campos.

Barbosa Machado, por exemplo, subdividiu a produção escrita em 63 “classes”. Ocupavam lugar de destaque aquelas relativas à questão religiosa, tema central de 13 itens, aos quais se podem acrescentar ainda outras 3 “classes” em que a questão religiosa comparecia em associação com outra matéria. A religião é, sem dúvida, o campo de estudos sobre o qual havia maior volume de produção e uma maior reflexão, o que permitiu isolar áreas de trabalho muito precisas, chegando-se, por exemplo, a subdividir o item “Escritura Sagrada” em 49 sub-itens.

No que tange às demais matérias, percebe-se um desejo de precisão, que, entretanto, oscila na seleção dos critérios distintivos. A delimitação temática é a mais produtiva na classificação presidindo a constituição da maior parte das “classes”. Entretanto alguns agrupamentos se formam em função do gênero, da língua, da forma.

Percebe-se, no caso das classificações elaboradas por Machado, o quanto a existência de uma tradição reconhecida interfere na relação com as obras. O autor parece sentir-se à vontade na classificação dos escritos religiosos, ligeiramente confuso na organização de poesias e peças teatrais e completamente perdido na catalogação do que hoje chamamos de prosa ficcional. Se para a poesia e o teatro, podia valer-se das discussões acumuladas nas poéticas, para os textos em prosa não havia em que se apoiar, fazendo com que Barbosa Machado criasse a categoria “histórias fabulosas” para abarcar as novelas, romances, crônicas, contos e narrativas ficcionais em geral.

Apesar das oscilações e indefinições, a classificação proposta na *Biblioteca Lusitana* aponta para um início de especialização ao distinguir domínios que, nas definições dos dicionários, pareciam indissociáveis ou, ao menos, pertencentes a uma mesma categoria. Barbosa agrupou os escritos em categorias específicas como “filosofia”, “rethorica”, “oratoria”, “poetica” e “historia”, revelando a percepção de que haveria algo de específico em cada um destes campos. Ainda não era o momento, entretanto, de reunir alguns destes escritos sob o nome de literatura.

Quase cinquenta anos depois, pareceu à Academia Real das Sciencias de Lisboa que uma de suas três classes deveria ser dedicada ao estudo da “Litteratura Portugueza”. Os membros da Academia vislumbraram um domínio “assaz analogo nos seus varios ramos para constituir huma só sciencia, e assaz separado das outras para merecer hum nome proprio” e prometeram uma “huma definição”. Àqueles que esperam encontrar aqui o texto fundador da acepção moderna de literatura em Portugal, a Academia reserva frustrações:

“De todos os ramos de erudição, que fôrmaõ a Litteratura, nenhum pôde ser proprio e particular a hum povo, senaõ a lingua que falla, e a historia do que lhe aconteceo. (...) Saõ por conseguinte a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações, os dous objetos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza; objectos naõ só entre si analogos, mas tambem diversos, e separados de toda outra erudição, que, ou compete a pòvos estranhos, ou pela generalidade dos seus assumptos, pertence a todo o genero humano sem respeito particular a nação alguma.”⁵

Língua e História. Estes seriam os campos “análogos” e “separados de toda outra erudição” que constituiriam a verdadeira Literatura. E, para a Academia, o estudo literário tinha objetivo estratégico: estabelecer a especificidade da nação portuguesa. Especificidade assegurada por uma trajetória e um idioma particulares.

A Academia Real divulgou os textos pertinentes à classe da Literatura Portuguesa, ao longo de oito volumes, em que se publicaram 52 Memórias. Delas, 70% eram dedicadas

à história portuguesa, aí compreendida a história dos costumes, das legislações, dos homens ilustres, da religião, etc. As demais, relativas à língua, versavam sobre filologia, gramática e tradução. Embora o objeto de trabalho tenha sido definido como uma justaposição de História e Estudo da Língua, sete ensaios debruçaram-se sobre a poesia. Em geral, os poemas foram utilizados como fonte privilegiada para estudo da língua, talvez porque se imaginasse encontrar neles a “linguagem, que por mais pura era havida”, de que falava o “Prólogo” às *Memórias de litteratura portugueza*.

As *Memórias* realizaram dois movimentos fundamentais rumo à moderna definição de literatura: considerar a poesia como elaboração lingüística privilegiada e estabelecer um conjunto de grandes poetas em cujas obras o trabalho com a língua atingiria o grau mais elevado.

Esta perspectiva foi aprofundada pelos intelectuais que se dedicaram à composição de histórias literárias, produção que floresceu em toda Europa, no século XVIII, fortemente associada à idéia de nação. Em poucos anos, multiplicaram-se as *histórias literárias* francesas, alemãs, italianas e, por que não, portuguesas. Em consonância com a amplitude do conceito de literatura, as histórias literárias produzidas nas primeiras décadas dos anos oitocentos percorriam a contribuição erudita nas diferentes áreas do conhecimento sem distingui-las.⁶

Na segunda metade do século, a especialização do conceito começou a se produzir, primeiramente, em países como a França, Alemanha e Inglaterra, onde transformações técnicas (como a possibilidade de ampla difusão de textos impressos), sociais (como a ampliação dos grupos letrados vivendo em centros urbanos) e políticas (como o desejo de constituição de uma identidade nacional centrada na idéia de uma língua e uma tradição comuns) se fizeram sentir mais fortemente, criando as condições necessárias para o surgimento de noções como literatura, crítica ou história literária.

A preocupação central dos primeiros autores de histórias literárias parece ter sido dar profundidade histórica à idéia de nação, arrolando cronológica e sucessivamente autores e obras escritas em uma dada língua ou nascidos em um determinado território. Dado este objetivo não pareceu necessário – ou não ocorreu a ninguém – agrupar esta produção segundo características internas comuns, criando períodos ou escolas literárias. As subdivisões faziam-se por séculos ou por reinados, indicando uma preocupação maior com o andamento histórico do que com evoluções de estilo, perspectiva favorecida pelo fato de que as teorias românticas de originalidade e singularidade ainda não estavam sedimentadas na reflexão sobre a obra de arte. Ou seja, mais do que procurar características distintivas capazes de diferenciar conjuntos de textos, buscava-se perceber a realização em línguas vernáculas dos grandes modelos clássicos.

A seleção e organização de um conjunto de textos, construídas a partir de uma perspectiva moderna, projetava os conceitos de literatura e de nação para períodos em que nenhum dos dois fazia qualquer sentido. Mas para o final do século XVIII e início do XIX, fazia todo sentido reunir parte dos escritos de um país ou de uma época, como argumento da unidade de um determinado território.

A definição moderna de literatura teve como ponto nodal a poesia, cuja especificidade é discutida desde a Antigüidade Clássica. Deste modo, para a poesia e o teatro existia um conjunto de regras, uma técnica, codificada e discutida desde Platão e Aristóteles e desenvolvida, nos séculos seguintes, em um grande volume de Artes Poéticas e em seus correlatos, como Tratados, Diálogos, Compêndios, que forneciam terminologia, conceitos, modelos e regras para a análise da poesia – aí incluídas as obras dramáticas – identificadas como elaboração lingüística e formal privilegiada. Não é de estranhar, portanto, que a peça chave do trabalho dos primeiros historiadores da literatura tenha sido a apresentação de poesias e que o maior refinamento de critérios se expressasse no elenco de

gêneros poéticos em que subdividiam a produção em versos. Gravitam ao seu redor, comentários sobre outros gêneros.

Se estas primeiras histórias da literatura destacaram características e gêneros de um conjunto de produções de modo a diferenciá-las de outras obras escritas, realizaram, ao mesmo tempo, um trabalho de exclusão. Ainda que anunciassem em seus textos introdutórios a existência de regras objetivas para a avaliação e hierarquização dos escritos, operavam seleções apriorísticas, cujos critérios não eram jamais explicitados.

A definição de literatura passou, em primeiro lugar, pelo agrupamento de um conjunto de gêneros poéticos, dramáticos e ficcionais, mas passou também pela seleção de alguns autores e algumas obras produzidas nestes gêneros, fazendo com que outras não fossem consideradas dignas de apresentação e análise. Observe-se, por exemplo, que as *Maximas da virtude e formosura, com que Diofanes, Chymenea e Hemirena, príncipes de Thebas, venceram os mais apertados lances da desgraça* de Theresa Margarida da Silva e Horta, uma das narrativas lusas de maior sucesso editorial em Portugal e Brasil no século XVIII, não foi apresentada em nenhuma das primeiras histórias da literatura portuguesa, assim como a maior parte das “histórias fabulosas” arroladas por Barbosa Machado – muitas das quais até hoje não foram incorporadas à historiografia literária portuguesa ou brasileira.

Se há evidentes “esquecimentos” no comentário de poesias, as maiores restrições dizem respeito à prosa ficcional, às novelas, contos e romances de largo sucesso editorial entre o fim do século XVIII e início do XIX. Na certidão de nascimento da literatura encontra-se já a marca da dificuldade em lidar com o que é “popular”, quer no sentido de conhecido e apreciado pelo grande público, quer no de produzido pelas ou dirigido às classes desfavorecidas. As eleições e exclusões que se operavam nestes trabalhos eram sustentadas por valores morais, políticos ou filiações estéticas não explicitadas – herança ainda marcante em boa parte dos trabalhos atuais.

Passou-se, assim, de uma acepção completamente ampla – literatura como conjunto do conhecimento produzido – para um conceito bastante restritivo – literatura como grupo obras (e autores) consagradas.

Assim, a definição de literatura é fruto de um momento histórico específico em que uma série de fatores políticos, econômicos e sociais criaram a necessidade deste conceito. Não casualmente, foi neste período que se profissionalizou o escritor, que se fortaleceu a figura do editor, que surgiram os críticos profissionais, criando um meio literário especializado e permitindo a formação de um novo vocabulário que designasse as novas técnicas, gêneros e circunstâncias de criação.⁷

Hoje a existência de novas técnicas para composição (como o hipertexto), de novos meios de difusão (como a televisão ou a internet), a reformulação dos modos e políticas de edição (com os e-books), a extraordinária difusão da alfabetização (que se aproxima dos 100% em vários países) e a diminuição da importância do conceito de nação e de especificidade nacional em várias partes do globo, talvez estejam abalando a função das historiografias literárias e colocando em crise o tão custosamente criado conceito de literatura.

Nas últimas décadas do século XX, os estudos literários cresceram e ramificaram-se, como mostra Heidrun Olinto ao apresentar a proliferação de abordagens teóricas – dezoito correntes indexadas pelo anuário da *Modern Language Association* em 1990. Diz a autora:

“À primeira vista, poderia ainda, parecer que esses olhares multifacetados sobre o fenômeno literário permitiriam uma aproximação mais precisa do objeto sob investigação, determinações mais claras e definitivas. Trata-se de uma ilusão. Tais abordagens não tornam nosso conhecimento mais preciso e nossas descobertas mais completas sobre o mesmo objeto. Elas simplesmente produzem, ou melhor, inventam outros objetos” (p. 18)

Parece-me que a precisão, clareza e perenidade não são atributos muito pertinentes à história da literatura e à própria definição deste objeto. A história da literatura é, efetivamente, a história da construção – ou da invenção – de um objeto, não sem que, desde o início, deixasse de haver disputas pela definição de que produções mereciam o selo de literatura.

Hoje não há dúvidas de que, por exemplo, os romances – ou ao menos alguns deles – fazem parte da literatura, mas para isso muita tinta correu sobre papel numa disputa acerca da literariedade de um gênero não previsto em tratados de poética e retórica clássicos. Naquela época, assim como hoje, sentia-se dificuldade em lidar com o novo. Para o XVIII, a prosa ficcional era gênero sem pedigree e, portanto, sem uma tradição crítica que legislasse sobre sua composição e sobre as formas de avaliá-la. Pior ainda, este era um gênero não restrito aos intelectuais; ao contrário, atraía segmentos variados das populações urbanas que o liam sem controle ou supervisão.

Hoje mantém-se a exclusão de outros escritos sem pedigree, seja porque são novos demais, seja porque são produzidos e consumidos por grupos afastados dos núcleos centrais da intelectualidade. Felizmente, não há qualquer estabilidade quanto às inclusões e exclusões do campo. A única estabilidade é a da disputa pela definição do conceito de literatura.

Notas

¹ apud GENGEMBRE, G. et GOLDZINK, J. “Introduction” a *De la Littérature* de Madame de Staël, Paris, Flammarion, 1991.

² BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez, & latino, aulico, anatomico, architectonico* (...), autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes & latinos (...) 1a ed 1698. Vol I e II, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712; vol III, Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713; vol V: Lisboa, Officina de pascoal da Sylva, 1716. Suplemento Tomo I, Lisboa, Off de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

³ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa* por AMS, natural do Rio de Janeiro. Sétima edição, melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no Portuguez da India. Lisboa, Typ de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878, 7a ed

⁴ MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana, historica, critica e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Offerecida à Augusta Magestade de D. João V. Nosso Senhor por D. B. M, Ulyssiponense Abbade da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, 4 vol.

⁵ *Memórias de litteratura portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, na Off da mesma Academia, 1792 - 1814. 8 vol. “Prologo”, 1º vol, pág não numeradas.

⁶ Cf. CRISTIN, Claude. *Aux Origines de l’Histoire Littéraire*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1972.

⁷ Ver a respeito ESCARPIT, Robert. “Histoire de l’histoire de la Littérature”, in: *Histoire des littératures*, Encyclopédie de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1967, tomo III, pág 1739-1740. Sobre as condições em que se processa a definição do conceito moderno de literatura ver também GOULEMOT, Jean M. et OSTER, Daniel. *Gens de Lettres, Écrivains et Bobèmes - l’imaginaire littéraire* (1630-1900), Paris, Minerve, 1992.